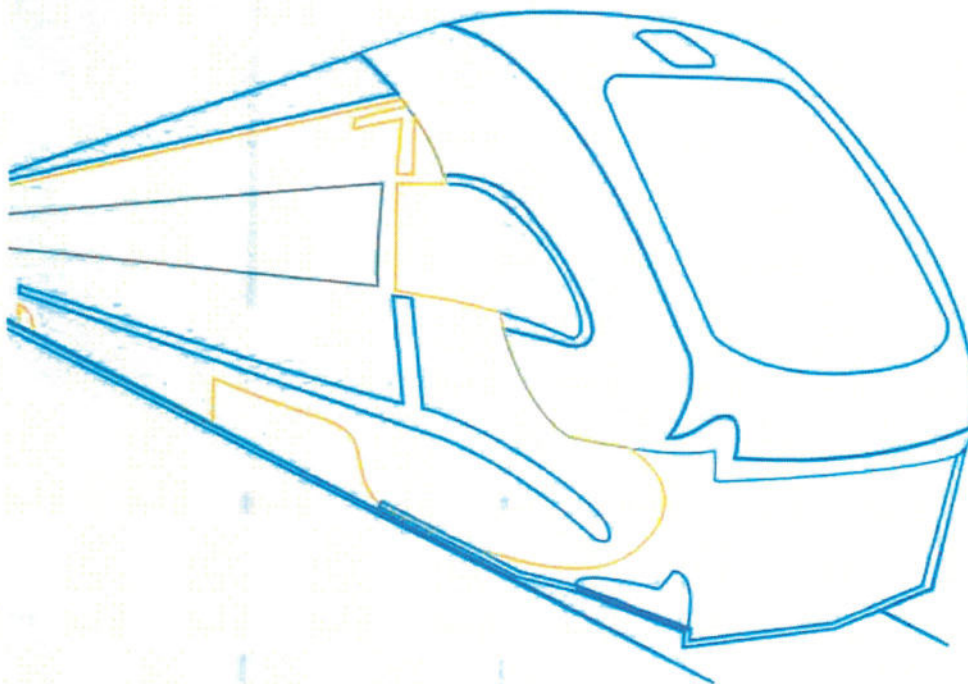


CONTRATO Nº 013-2024DT

CBTU  
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

&

WISE PLÁSTICOS S.A



---

CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS





**CBTU**  
Companhia Brasileira de Trens Urbanos  
Administração Central

CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

CONTRATADA: WISE PLÁSTICOS S.A

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA TERCEIRA:	- INÍCIO DO FORNECIMENTO
CLÁUSULA QUARTA:	- FORMA DO RECEBIMENTO
CLÁUSULA QUINTA:	- RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA SEXTA:	- VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA OITAVA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA NONA:	- REAJUSTE
CLÁUSULA DÉCIMA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SUBCONTRATAÇÃO (não aplicável)
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- CESSÃO DO CONTRATO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:	- CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:	- PUBLICAÇÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:	- FORO



**CBTU**  
**Companhia Brasileira de Trens Urbanos**  
Administração Central

Contrato de Aquisição que entre si celebram, de um lado a COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU e do outro, WISE PLÁSTICOS S.A., na forma abaixo:

### P R E Â M B U L O

A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, inscrita no CNPJ-ME sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede no Setor Bancário Norte- SBN, quadra 01, bloco B, nº 14, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP: 70.041-902, nesta cidade, doravante denominada CBTU, neste ato representada por seu Diretor-Presidente Sr. JOSÉ MARQUES DE LIMA, portador da carteira de identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/ME sob o nº [REDACTED] e Diretor Técnica Sra. ADRIANA FONSECA LINS, portadora da carteira de identidade nº [REDACTED], expedida pelo CREA/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº [REDACTED] e a empresa WISE PLÁSTICOS S.A., inscrita no CNPJ-ME sob o nº 04.053.268/0001-42, com sede na Avenida Osvaldo Berto, nº 405, Distrito Industrial Alfredo Rela, Itatiba, São Paulo/SP, doravante denominada CONTRATADA neste ato representada pelo seu Diretor Presidente Sr. BRUNO IGEL, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº [REDACTED] e por seu Diretor Financeiro Sr. DANIEL DE SOUZA JUNQUEIRA, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº [REDACTED], vem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência do Pregão Eletrônico SRP nº 02/2023-GALIC-AC/CBTU, Processo Administrativo PROT nº 5452/2022, e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e alterações posteriores, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:





## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto a **aquisição de dormentes de polímero reciclado, necessários para atender às demandas de manutenção preventiva e corretiva da superestrutura das vias permanentes das STU - Natal/RN, STU - João Pessoa/PB, STU - Recife/PE e STU Maceió/AL**, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.

1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II, bem como o edital da licitação SRP nº 02/2023-GALIC-AC/CBTU, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: [https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rile\\_cbtu\\_2020.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rile_cbtu_2020.pdf); independentes de transcrição.

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no edital da licitação.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da sua assinatura.

2.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 233, do RILC/CBTU, até o limite de 05 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo.

2.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. Durante toda a execução deste contrato a **CONTRATADA** se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.5. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à **CONTRATADA**, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor deste instrumento:

2.5.1. Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;



2.5.2. Código de Conduta e Integridade: [https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo\\_de\\_conduta\\_e\\_integridade.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf); e

2.5.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

[https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica\\_de\\_transacoes\\_com\\_partes\\_relacionadas.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf).

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – INÍCIO DO FORNECIMENTO**

3.1. O prazo para início do fornecimento iniciará-se mediante a emissão pela **CBTU** da 1ª Ordem de Execução (OEX) e o aceite do referido documento pela **CONTRATADA**.

3.2. Será emitida uma Ordem de Execução (OEX) para cada exercício fiscal.

3.3. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.

3.3.1. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.

3.4. Além das hipóteses previstas no item anterior, este contrato poderá ser suspenso no caso de indisponibilidade de limite de empenho ou de limite financeiro decorrente de contingenciamento do orçamento fiscal da União.

3.4.1. Neste caso a **CBTU** deverá notificar formalmente a **CONTRATADA** acerca da suspensão, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**.

3.5. A suspensão será formalizada através de **Termo Aditivo**, onde será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.

3.6. Nestes casos a **CBTU** atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE FORNECIMENTO**

4.1. O objeto contratual será fornecido conforme especificações e detalhamentos que constam do Termo de Referência, ANEXO I do presente Contrato.

4.1.1 O fornecimento do objeto será sob regime de execução indireta por preço unitário.



4.2. No fornecimento, a CONTRATADA se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.

4.3. Reserva-se à CBTU o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando a melhor forma de fornecimento.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO**

5.1. O recebimento do objeto contratual será feito pela CBTU, da seguinte forma:

5.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado solicitando inspeção técnica para entrega dos objetos.

5.1.2. Definitivamente, pelo Gestor do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto às exigências deste Termo de Referência e do Contrato assinado, em 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório.

5.2. O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

5.3. Nos casos em que dispensado o recebimento provisório, previstos no art. 226, do RILC/CBTU, o recebimento se dará definitivamente, pelo gestor do contrato, uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do contrato, do termo de referência e da proposta apresentada pela CONTRATADA.

5.3.1. Na hipótese desse item, o recebimento será feito mediante recibo.

5.4. O objeto não será recebido se fornecido em desacordo com o contrato, o termo de referência e/ou a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-a, neste caso às penalidades previstas neste contrato e no RILC/CBTU.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e por este contrato.

5.6. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.





5.7. Conforme disciplinado nos artigos 12 a 17 da Lei n.º 8.078/90 CDC, o aceite/aprovação do(s) produto(s) pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se a CBTU as faculdades previstas no art. 18 da mesma lei.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – VALOR DO CONTRATO**

6.1. Pela aquisição, objeto do presente Contrato, a **CBTU** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ 2.942.458,00 (dois milhões novecentos e quarenta e dois mil quatrocentos e cinquenta e oito reais)**, conforme (Ata de Registro de Preço) e Planilha Anexo III que será pago de acordo com os materiais fornecidos, sendo:

STUs	QUANTITATIVO	VALOR TOTAL
STU-MAC	980	R\$ 1.855.258,00
STU-NAT	800	R\$ 1.087.200,00

6.2. No valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa aquisição do objeto contratado, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO**

7.1 O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia seguinte ao da apresentação e aceitação dos documentos de cobrança, que deverão ser enviados ao protocolo da CBTU, cujo endereço será fornecido pela gestão/fiscalização do contrato, desde que haja a devida atestação pelos Srs. Gestor e Fiscal do contrato.

7.2. Os documentos de cobrança enviados à **CBTU** pela **CONTRATADA** deverão ser encaminhados, **obrigatoriamente**, por intermédio do formulário PROPAG – Processo de Aprovação e de Pagamento de Documento de Cobrança.

7.3. Deverá ser apresentada, sob pena de não pagamento, a seguinte documentação pela **CONTRATADA**:



- 7.3.1. Nota fiscal/fatura devidamente atestada pela gestão/fiscalização do contrato;
- 7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei; e
- 7.3.3. Prova de regularidade com o Sistema da Seguridade Social, relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei.
- 7.4. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a **CONTRATADA** poderá apresentar os documentos de cobrança à **CBTU** tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas.
- 7.5. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a **CBTU** notificará por escrito à **CONTRATADA** para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela **CONTRATADA**, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a **CBTU** perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, reiniciando a sua contagem quando do recebimento no protocolo da **CBTU** dos documentos corrigidos.
- 7.5.1. Na hipótese do item acima, a documentação corrigida poderá ser entregue diretamente à gestão/fiscalização do contrato, desde que possível a efetiva comprovação da data do recebimento.
- 7.6. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.
- 7.7. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, “pro rata die”, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.
- 7.8. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, “pro rata die”, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.
- 7.9. No caso da documentação apresentar alguma irregularidade, será considerada para aplicação do disposto nos itens 7.7 e 7.8 a data do recebimento da documentação devidamente regularizada na **CBTU**.





## **8. CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de **2024**, conforme classificação abaixo:

### **8.1.1. Superintendência de Maceió/AL (STU-MAC):**

- a) Programa de Trabalho: 225783
- b) Elemento de Despesa: 449052
- c) Plano Interno: MIPSOVGO05
- d) Categoria Econômica: 4
- e) Nota de Empenho: 2024NE001473, data 11/07/2024

### **8.1.2. Superintendência de Natal/RN (STU-NAT):**

- a) Programa de Trabalho: 225783
- b) Elemento de Despesa: 449052
- c) Plano Interno: N1AABVGO05
- d) Categoria Econômica: 4
- e) Nota de Empenho: 2024NE001474, data 11/07/2024

8.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

## **9. CLÁUSULA NONA – REAJUSTE**

9.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

9.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o **índice** Nacional de Custo da Construção (INCC) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = P_0 \frac{[1 - I_0]}{I_0}$$



**CBTU**  
Companhia Brasileira de Trens Urbanos  
Administração Central

Sendo:

R= valor do reajustamento procurado;

Po = valor da medição a ser reajustada;

I = índices Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) correspondente ao mês de reajuste anual do contrato;

Io = mesmo Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), correspondente ao mês da data-base;

Data - base: data limite para apresentação das propostas.

9.2.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.3. Nos casos em que a entrega do objeto contratado esteja prevista em cronograma, havendo atraso ou antecipação na entrega do objeto que decorra da responsabilidade ou iniciativa da **CON-TRATADA**, o reajustamento obedecerá às seguintes condições:

9.3.1. Quando houver atraso, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora:

9.3.1.1. Aumentando os preços, prevalecerão os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação;

9.3.1.2. Diminuindo os preços, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação;

9.3.2. Quando houver antecipação, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação.

9.4. Na hipótese de atraso por culpa da **CBTU**, prevalecerão os índices vigentes neste período, se os preços aumentarem, ou serão aplicados os índices correspondentes ao início do respectivo período, se os preços diminuírem.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**



10.1. A **CONTRATADA** prestará garantia correspondente ao percentual de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

10.1.1. **Caução em dinheiro**: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da **CBTU**, conforme orientação da gestão do contrato;

10.1.2. **Seguro-garantia**: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

10.1.3. **Fiança bancária**: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

10.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU** o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinado.

10.2.1. A **CONTRATADA** poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da **CBTU**, mediante anuência da gestão do contrato.

10.3. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.3.1. prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.3.2. prejuízos causados à administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

10.3.3. as multas sancionatórias aplicadas pela **CBTU** à **CONTRATADA**; e

10.3.4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela **CONTRATADA**.

10.4. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nos subitens 10.3.1 a 10.3.4, do item anterior.





10.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à **CONTRATADA** após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.

10.6. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a **CONTRATADA** deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.

10.6.1. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à **CONTRATADA**.

10.7. A **CBTU** oferecerá modelo de Carta de Fiança, onde constará a renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827, nos termos do inciso I, do art. 828, ambos do Código Civil Brasileiro.

10.7.1. À garantia prestada mediante fiança bancária aplica-se, ainda, as regras previstas nos artigos 835 a 839, do Código Civil Brasileiro.

10.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no item 10.2 desta Cláusula, acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento).

10.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a **CBTU** a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016 e dos artigos 239 e 240, I, do RILC/CBTU.

10.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela **CBTU** ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a **CONTRATADA** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela **CBTU**, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

10.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

10.12. Será considerada extinta a garantia:

10.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da **CBTU**:



**CBTU**  
Companhia Brasileira de Trens Urbanos  
Administração Central

10.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CBTU não comunique a ocorrência de sinistros.

10.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela CBTU o Termo de Encerramento, cientificando que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.13. A CBTU não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

10.13.1. Caso fortuito ou força maior;

10.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

10.13.3. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CBTU;

10.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da CBTU.

10.14. Caberá a própria CBTU apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 10.13.3 e 10.13.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela CBTU.

10.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 10.13 desta Cláusula.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do edital de licitação, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações:

11.1.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sendo que solicitado pela CBTU;

11.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a CBTU, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

11.1.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;



11.1.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da **CBTU**, inclusive os relativos ao acesso às dependências da Companhia, visando à perfeita execução do objeto deste contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

11.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

11.2. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

11.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CBTU**;

11.2.2. Ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte, sem prévio e expresso consentimento da **CBTU**.

11.3. A **CONTRATADA** deverá observar, integralmente, durante toda a execução deste instrumento, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela **CBTU**.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CBTU**

12.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do edital de licitação, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CBTU**:

12.1.1. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução do contrato;

12.1.2. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;

12.1.3. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;

12.1.4. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;

12.1.5. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;





12.1.6. Expedir após vencido o prazo do Contrato, Termo de Quitação Recíproca, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

12.1.7. Cumprir, também, as responsabilidades constantes do Termo de Referência, ANEXO I.

12.1.8. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato.

12.2. A **CBTU** deverá disponibilizar à **CONTRATADA**, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TRIBUTOS**

13.1. Atribui-se à **CONTRATADA** a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.

13.2. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à **CBTU** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização.

13.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços do objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.

13.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES**

14.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

14.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.



14.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 3.3 e 3.6 da Cláusula Terceira.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

15.1. Cada uma das partes designará gestor e fiscal, mediante troca de correspondência no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente contrato, sendo suas deliberações suficientes para o cumprimento das obrigações dos cronogramas físico e financeiro do contrato. Tais documentos serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.

15.2. A fiscalização e a supervisão do Contrato ficarão a cargo da **CBTU**, que, entre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a execução do contrato e sua conformidade com as disposições contratuais, apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

15.2.1. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no edital de licitação, no termo de referência e na proposta da **CONTRATADA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC/CBTU ou outra que venha a substituí-la.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. Nos termos do item 12 do Termo de Referência – Anexo I, deste contrato, **NÃO SERÁ ADMITIDA A POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO** do objeto contratual.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO**

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO**

18.1. Fica vedado à **CONTRATADA** transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL**



**CBTU**  
Companhia Brasileira de Trens Urbanos  
Administração Central

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

19.1.1. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.

19.2. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

19.3. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à CONTRATADA, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

20.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a CONTRATADA à multa de mora, nos termos do art. 82, da Lei nº 13.303/2016.

20.2.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre a parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

20.2.2. A multa a que alude este item não impede que a CBTU rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

20.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

20.3.1. Advertência;

20.3.2. Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato, no caso de sua inexecução parcial;

20.3.3. Multa, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de sua inexecução total; e

20.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a CBTU, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.





**CBTU**  
Companhia Brasileira de Trens Urbanos  
Administração Central

20.4. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da CONTRATADA decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

20.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

20.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à CONTRATADA, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

20.5.2. Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;

20.5.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela CBTU, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

20.5.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

20.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CBTU poderá ser aplicada à CONTRATADA nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.

20.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

20.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

20.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CBTU, em virtude de atos ilícitos praticados.

20.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

20.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).



**CBTU**  
Companhia Brasileira de Trens Urbanos  
Administração Central

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO E RESCISÃO**

21.1. Este contrato será extinto:

21.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

21.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

21.1.3. Pela sua rescisão.

21.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

21.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

21.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

21.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

21.3. Constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU.

21.4. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

21.5. A rescisão deste contrato será devidamente publicada no Diário Oficial da União.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – RECURSO ADMINISTRATIVO**

22.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato. 22.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.

## **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES**

23.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

23.1.1. **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU**;



**CBTU**  
Companhia Brasileira de Trens Urbanos  
Administração Central

23.1.1.1. Endereço: Endereço: Setor Bancário Norte - SBN, quadra 01, bloco B, nº 14, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP: 70.041-902;

23.1.1.2. Correio Eletrônico: josecampos@cbtu.gov.br

23.1.2. Empresa: WISE PLÁSTICOS S.A

23.1.2.1. Endereço: Avenida Osvaldo Berto, nº 405, Distrito Industrial Alfredo Rela, Itatiba, São Paulo/SP

23.1.2.2. Correio Eletrônico: diego.gevaerd@wise.eco.br

23.1.2.3. Telefone: (11) 3183-5230

#### 24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – ANEXOS

24.1. Integram este contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

24.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

24.1.2. ANEXO II – Ata de Registro de Preços Nº 001-2023/GALIC/P, datada de 19/07/2023;

24.1.3. ANEXO III – Planilha de Quantitativo Dormentes;

24.1.4. Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 02-2023/GALIC/AC/CBTU; e

24.1.5. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: [https://www.cbtu.gov.br/images/licita-coes/rilc\\_cbtu\\_2020.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/licita-coes/rilc_cbtu_2020.pdf).

24.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão a do Edital.

#### 25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.

#### 26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

26.1. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.





**CBTU**  
Companhia Brasileira de Trens Urbanos  
Administração Central

26.1.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da **CBTU** na internet.

## 27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – FORO

27.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.

Assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 17 de julho de 2024

P/ CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU:

JOSE  
MARQUES DE  
LIMA: [assinatura]  
Assinado digitalmente por JOSE MARQUES DE LIMA  
CPF: 000.000.000-00  
Data: 2024.07.16 14:51:27  
+03'00'

José Marques de Lima  
- Diretor-Presidente -

ADRIANA  
FONSECA  
LINS: [assinatura]  
Assinado digitalmente por ADRIANA FONSECA LINS  
CPF: 000.000.000-00  
Data: 2024.07.16 14:51:27  
+03'00'

Adriana Fonseca Lins  
- Diretora Técnica -

P/ CONTRATADA: WIZE PLÁSTICO S/A:

BRUNO  
IGEL: [assinatura]  
Assinado de forma digital por BRUNO IGEL  
CPF: 000.000.000-00  
Data: 2024.07.16 14:51:27  
+03'00'

Bruno Igel  
- Diretor Presidente -  
Testemunhas:

gov.br  
Documento assinado digitalmente  
DANIEL DE SOUZA JUNQUEIRA  
Data: 16/07/2024 13:30:48-0300  
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

Daniel de Souza Junqueira  
- Diretor Financeiro -

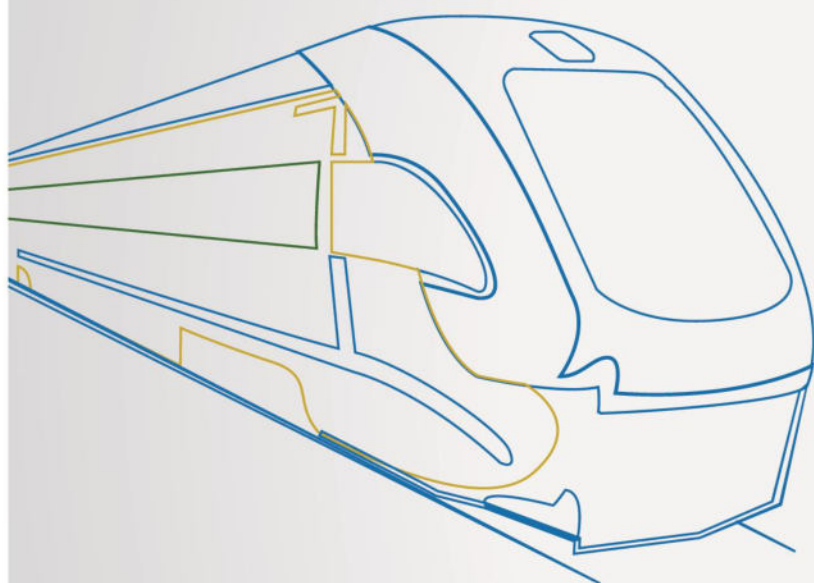
1 -

CPF: [assinatura]

2 -

CPF: [assinatura]

# **TERMO DE REFERÊNCIA**



---

CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

## **ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**AQUISIÇÃO DE DORMENTES DE POLÍMEROS RECICLADOS**

**COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU**



## Sumário

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE</b>	<b>3</b>
<b>2. DEFINIÇÃO DO OBJETO</b>	<b>3</b>
<b>3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO</b>	<b>7</b>
<b>5. RESPONSABILIDADE DAS PARTES</b>	<b>8</b>
<b>6. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO</b>	<b>10</b>
<b>7. PAGAMENTOS</b>	<b>11</b>
<b>8. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA</b>	<b>11</b>
<b>9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA</b>	<b>12</b>
<b>10. CRITÉRIOS E PRÁTICA DE SUSTENTABILIDADE</b>	<b>12</b>
<b>11. REGIME DE EXECUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>12. POSSIBILIDADE DE CONSÓRCIOS / SUBCONTRATAÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>13. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>	<b>13</b>
<b>14. CRITÉRIO PARA REAJUSTAMENTO</b>	<b>15</b>
<b>15. PRAZO DE EXECUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</b>	<b>15</b>
<b>17. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>18. ANEXOS</b>	<b>16</b>

# TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE DORMENTES DE POLÍMEROS RECICLADOS

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

A aquisição de dormentes é absolutamente necessária para prover a manutenção adequada da via permanente, inclusive nos AMV's (Aparelhos de Mudança de Via) e pontilhões.

A aquisição de Dormentes viabiliza a substituição das unidades deterioradas ou apodrecidas em função do tempo de uso, que geram risco de descarrilamento, ou seja, acidente na ferrovia, quando o trem sai dos trilhos. A falta destes produtos impede a manutenção na via permanente, AMV's e pontilhões, trazendo riscos de paralisação da circulação dos trens e gerando risco de acidentes aos usuários e servidores.

## 2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O objeto deste Termo de Referência é a aquisição de **DORMENTES DE POLÍMERO RECICLADO**, necessários para atender às demandas de manutenção preventiva e corretiva da superestrutura das vias permanentes das STU-Natal/RN, STU-João Pessoa/PB, STU-Recife/PE e STU Maceió/AL.

A natureza do bem a ser adquirido é de natureza comum de engenharia, conforme a legislação vigente.

Segue abaixo as necessidades de aquisição de cada STU:

CBTU - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL/RN					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	COMPRIMENTO (mm)	LARGURA (mm)	ALTURA (mm)	QUANT. POR UNIDADE DE DORMENTE (TOTAL DE 1720 un)
1	Dormentes de polímero	2000	240	170	1250
2	Dormentes de polímero	2200	240	170	40
3	Dormentes de polímero	2400	240	170	60
4	Dormentes de polímero	2600	240	170	40
5	Dormentes de polímero	2800	240	170	50

6	Dormentes de polímero	3000	240	170	30
7	Dormentes de polímero	3200	240	170	40
8	Dormentes de polímero	3400	240	170	30
9	Dormentes de polímero	3600	240	170	40
10	Dormentes de polímero	3800	240	170	30
11	Dormentes de polímero	4000	240	170	30
12	Dormentes de polímero	4200	240	170	40
13	Dormentes de polímero	4400	240	170	40

**Local de Entrega: Praça Augusto Severo, 302 - Ribeira, Natal - RN,  
CEP:59012-380 (Acesso pela Rua Chile)**

### **CBTU - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA/PB**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	COMPRIMENTO (mm)	LARGURA (mm)	ALTURA (mm)	QUANT. POR UNIDADE DE DORMENTE (TOTAL DE 1374 un)
1	Dormentes de polímero	2000	240	170	1000
2	Dormentes de polímero	2200	240	170	72
3	Dormentes de polímero	2300	240	170	90
4	Dormentes de polímero	2400	240	170	32
5	Dormentes de polímero	2600	240	170	30
6	Dormentes de polímero	2800	240	170	27
7	Dormentes de polímero	3000	240	170	54
8	Dormentes de polímero	3300	240	170	27



9	Dormentes de polímero	3400	240	170	12
10	Dormentes de polímero	3800	240	170	12
11	Dormentes de polímero	4000	240	170	18
<b>Local de Entrega: Almoxarifado Cabedelo/PB, endereço: Rua Cleto Campelo, s/nº, Centro, Cabedelo-PB. CEP: 58100-130</b>					

<b>CBTU - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE/ PE</b>					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	COMPRIMENTO (mm)	LARGURA (mm)	ALTURA (mm)	QUANT. POR UNIDADE DE DORMENTE (TOTAL DE 2000 un)
1	Dormentes de polímero	4600	240	170	50
2	Dormentes de polímero	4800	240	170	100
3	Dormentes de polímero	5000	240	170	30
4	Dormentes de polímero	5200	240	170	30
5	Dormentes de polímero	2800	240	170	50
6	Dormentes de polímero	3000	240	170	300
7	Dormentes de polímero	3200	240	170	200
8	Dormentes de polímero	3400	240	170	200
9	Dormentes de polímero	3600	240	170	200
10	Dormentes de polímero	3800	240	170	150
11	Dormentes de polímero	4000	240	170	100
12	Dormentes de polímero	4200	240	170	150
13	Dormentes de polímero	4400	240	170	440
<b>Local de entrega: Setor de Almoxarifado da CBTU-STU/RECIFE, situado na Rua São José, Nº 860, Bairro de Cavaleiro, Cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco (CEP 54.210-570)</b>					

**CBTU - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ/AL**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	COMPRIMENTO (mm)	LARGURA (mm)	ALTURA (mm)	QUANT. POR UNIDADE DE DORMENTE (TOTAL DE 1818 un)
1	Dormentes de polímero	2000	240	170	78
2	Dormentes de polímero	2200	240	170	304
3	Dormentes de polímero	2300	240	170	120
4	Dormentes de polímero	2400	240	170	224
5	Dormentes de polímero	2600	240	170	178
6	Dormentes de polímero	2800	240	170	114
7	Dormentes de polímero	3000	240	170	134
8	Dormentes de polímero	3200	240	170	140
9	Dormentes de polímero	3400	240	170	134
10	Dormentes de polímero	3600	240	170	192
11	Dormentes de polímero	3800	240	170	84
12	Dormentes de polímero	4000	240	170	116

**Local de Entrega: Rua Zacarias Azevedo, Centro – Maceió, AL. CEP: 57020-47**

### **3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

Dormentes são elementos da superestrutura ferroviária cuja função é receber e transmitir ao lastro os esforços produzidos pelas ações dos veículos ferroviários, servindo de suporte aos trilhos, permitindo a sua fixação e mantendo invariável a bitola da via.

A aquisição de Dormentes é fundamental para a operacionalidade do sistema de trens e para garantir a integridade da via permanente, tanto do ponto de vista de estabilidade e segurança, quanto no tocante à manutenibilidade do material rodante e da própria via, com vistas a atender o principal objetivo do planejamento estratégico da CBTU que é o transporte de passageiros com conforto e segurança.

Para segurança do sistema ferroviário e dos usuários, há a necessidade de manter todos os elementos da via permanente em bom estado de uso e conservação, com o objetivo de se evitar descarrilamentos das composições de trens, VLT'S e veículos

ferroviários, assegurando a contínua melhoria e segurança do sistema ferroviário. Os serviços de manutenção da Via Permanente são indispensáveis, portanto, à boa conservação do trecho e das condições de tráfego.

Atualmente uma parte considerável dos dormentes de madeira instalados nas Vias Permanentes das STU-Natal/RN, STU-João Pessoa/PB, STU-Recife/PE e STU Maceió/AL, se encontram em estado de deterioração evidente, sem condições de uso ou em condições de uso precárias.

Mudanças na Regulamentação Ambiental com relação à exploração e ao uso da madeira ocasionou uma queda na disponibilidade de madeiras de boa qualidade a preços acessíveis, pelo que, atualmente, é comum, na fabricação de dormentes, a utilização de madeiras de menor custo que apresentam, contudo, qualidade e durabilidade muito inferiores.

A aquisição dos dormentes de madeira de primeira categoria/qualidade está cada vez mais difícil e a qualidade e a durabilidade dos dormentes de eucalipto, por exemplo, mais comuns de serem fornecidos atualmente, é bem inferior ao Dormente de Polimérico Reciclado.

A qualidade inferior das peças de eucalipto é verificada por defeitos como empenamentos, torção e rupturas estruturais ainda em fase de estocagem. Além disso, algumas peças, mesmo recebendo tratamento químico, apresentam sinais de ataque de fungos e insetos.

No final dos anos 90, o Corpo de Engenharia Civil do Exército Americano iniciou o desenvolvimento de Dormentes de Polímero Reciclados como forma alternativa para a escassez da madeira e visando a preservação ambiental.

**Dormentes de Polímero Reciclados** apresentam vantagens, quais sejam:

- a) Previsão de vida útil próxima dos 50 anos;
- b) São recicláveis após o final do seu ciclo de vida, o que é de suma importância para o Meio Ambiente;
- c) Em função do seu módulo de elasticidade podem ser instalados em linhas juntos com os dormentes de madeira ainda em condições de uso;
- d) Suportam grandes tensões e apresentam maior flexibilidade do que os dormentes de madeira;
- e) São impermeáveis à água e aos efeitos biológicos, sendo sua instalação adequadas para locais com variações climáticas e umidade.

Diante do acima exposto e após os estudos realizados consideramos que a aquisição de **DORMENTES DE POLÍMERO RECICLADO** se justifica para substituição dos dormentes de madeira deteriorados existentes.

#### 4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Os Dormentes de Polímero devem atender às exigências do CHAPTER 30 da norma AREMA - *AMERICAN RAILWAY ENGINEERING AND MAINTENANCE-OF-WAY ASSOCIATION*. Tais exigências serão conferidas através de documentação pertinente, fornecidas pela empresa contratada a ser fiscalizada na ocasião do seu recebimento definitivo.

Todos os de dormentes seguem os padrões, especificações, procedimentos e instruções, conforme abaixo:

- a) Da CBTU - Portal CBTU - Manutenção ferroviária – EMVP44 Especificações de materiais de via permanente - <https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/manutencao-metroferroviaria/especificacao-material>;



- b) DNIT (Infraestrutura ferroviária – Instruções e procedimentos) ETM 004 – Assentamento de dormentes e fixações PDF - <https://www.gov.br/dnit/pt-br/ferrovias/instrucoes-e-procedimentos/especificacoes-tecnicas-de-materiais>;
- c) ABNT 2012 Projeto de Norma: Dormentes de Compósito Polímero – Requisitos e métodos de ensaio. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro
- d) O fornecimento no que se refere à execução, armazenamento, transporte e todas as etapas relacionadas à referida aquisição devem respeitar as Normas Regulamentadoras (NR's) do Ministério do Trabalho (no que se refere às condições de trabalho e segurança no manuseio), às normas da ABNT, recomendações da ANVISA e às regras CBTU.

O procedimento obedecerá, integralmente, aos seguintes normativos:

- a) Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - RILC/CBTU.
- b) Lei nº 13.303/2016;
- c) Lei nº 10.520/2002, caso adote-se a modalidade licitatória PREGÃO;
- d) Decreto nº 3.555/2000, caso adote-se a modalidade licitatória PREGÃO para aquisição de bens e serviços comuns;
- e) Decreto nº 10.024/2019, caso adote-se a modalidade licitatória PREGÃO, na forma eletrônica;
- f) Decreto nº 3.931/2001, caso adote-se o Sistema de Registro de Preços;
- g) LCF nº 123 de 14/12/06 – Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

## **5. RESPONSABILIDADE DAS PARTES**

### **5.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- a) Nenhuma alteração poderá ser feita pela Contratada aos termos e unidades adotadas neste documento, sob a alegação de insuficiência de dados ou informações sobre o fornecimento e os serviços de transporte, carga e descarga dos materiais, empilhamento, como também as condições existentes nos locais de entrega.
- b) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, nos seus anexos e na sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- c) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações técnicas, prazo e local constantes neste Termo de Referência, e na proposta aceita pela CBTU, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca fabricante, modelo, procedência, prazo de validade, bem como a garantia do objeto, que deverá ser de 5 anos.
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990 e Art. 76 da Lei 13.303, de 2016).
- e) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- f) Deverá manter, durante toda a execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, da proposta e de qualificação.
- g) Atender às observações e reclamações da fiscalização da CONTRATANTE, concernentes ao fornecimento do objeto.
- h) Fornecer Laudos Técnicos e/ou Relatórios com resultados de testes (ensaios) realizados durante e após a fabricação do objeto deste Contrato.
- i) Iniciar o processo de fabricação após assinatura da O.C. (Ordem de Compra).

- j) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as leis Federais, Estaduais e Municipais (inclusive todos os regulamentos, normas, diretrizes e instruções) que lhe forem aplicáveis e necessárias ao seu funcionamento como Empresa, inclusive a obtenção de todas as licenças, alvarás e autorizações ligadas direta ou indiretamente ao fornecimento contratado e ao exercício de suas atividades nas jurisdições em que os mesmos acontecem.
- k) Responsabilizar-se por todas as despesas de Contrato, Seguros (inclusive de variação cambial), Leis Sociais, INSS, e outras que incidirem sobre o fornecimento, equipamentos e pessoal, serão de inteira responsabilidade da Contratada.
- l) Será de responsabilidade exclusiva da Contratada a indenização de quaisquer acidentes de trabalho, resultante de execução do contrato, ou qualquer caso fortuito, assim como será, também, de sua responsabilidade, a eventual destruição ou danificação, por terceiros, até a aceitação definitiva dos mesmos, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros, ainda que ocorridos em via pública.
- m) Durante toda a execução do contrato a Contratada se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.
- n) Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à Contratada, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor do contrato:

- Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

- Código de Conduta e Integridade:

[https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo de conduta e integridade.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo%20de%20conduta%20e%20integridade.pdf); e

- Política de Transações com Partes Relacionadas:

[https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica de transacoes com partes relacionadas.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica%20de%20transacoes%20com%20partes%20relacionadas.pdf).

## 5.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta e condições estabelecidas neste termo de referência.
- b) Disponibilizar informações e esclarecimentos correlacionados ao fornecimento, que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.
- c) Exercer o acompanhamento e ampla fiscalização durante o fornecimento, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome de empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- d) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades encontradas na fabricação, transporte e entrega do material fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- e) Solicitar da **CONTRATADA** e de seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do processo de fornecimento do objeto.
- f) Emitir pareceres em todos os atos da Administração, relativos à execução do Contrato e, em especial, na aplicação de sanções, alterações e repactuações do Contrato.

- g) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura da Contratada, em conformidade com o Art. 67 da IN SLTI/MP nº 5/2017.
- h) Realizar o pagamento no prazo previsto e nas condições estabelecidas.

## **6. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- a) A aceitação final do Objeto somente será concretizada após concluídos todos os reparos e correções necessários exigidos pela fiscalização, se houver, com o aceite definitivo pela Fiscalização com “De Acordo” da Gestão do Contrato e mediante emissão pela CBTU do Termo de Recebimento Definitivo.
- b) Os itens objetos desta contratação deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado das STU-Natal/RN, STU-João Pessoa/PB, STU-Recife/PE e STU Maceió/AL, de acordo com a Ordem de Compra.
- c) A entrega do Objeto poderá ser realizada no horário de 8h30min às 11h30min e de 13h30min às 16h00min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. Caso seja interesse da CONTRATADA, poderá ser feito contato prévio com a administração das STU-Natal/RN, STU-João Pessoa/PB, STU-Recife/PE e STU Maceió/AL para possível agendamento da entrega.
- d) Os objetos serão recebidos:
  - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado solicitando inspeção técnica para entrega dos objetos.
  - Definitivamente (Termo de Recebimento Definitivo – TRD), pelo Gestor do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto às exigências deste Termo de Referência e do Contrato assinado, em 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório.
- e) Para este procedimento, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à fiscalização o término dos serviços, demonstrando neste documento que todo o Escopo indicado foi fornecido nas quantidades e qualidades definidas neste Termo de Referência e no Contrato.
- f) A fiscalização avaliará de acordo com as especificações técnicas constantes no item 4 deste Termo de Referência.
- g) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança da obra ou do serviço, pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e pelo instrumento contratual.
- h) Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.
- i) Na hipótese de rescisão do contrato, caberá ao responsável pela fiscalização atestar as parcelas adequadamente concluídas, recebendo provisória ou definitivamente, conforme o caso.

## **7. PAGAMENTOS**

7.1 As faturas para pagamento serão emitidas após atesto dos fornecimentos do objeto deste contrato, pelo Fiscal do Contrato.

7.2 As Notas Fiscais / faturas relativas ao fornecimento dos objetos deverão ser entregues pela CONTRATADA, conforme item 6b deste Termo de Referência, e serão pagas pela CONTRATANTE, até 30 (trinta) dias da data de recebimento, podendo esse

prazo ser interrompido, sempre que a CONTRATANTE solicitar, por escrito, quaisquer esclarecimentos à CONTRATADA, referente ao valor dos serviços.

7.3 As Notas Fiscais/faturas deverão vir acompanhadas da documentação indispensável à aferição de sua exatidão, bem como das certidões atualizadas CNDT, CRF e a Certidão da Receita Federal.

7.4 O pagamento das etapas de medição será realizado em até 30 dias, após a apresentação pela empresa dos documentos solicitados pela CBTU, desde que estes documentos estejam totalmente regulares, de acordo com as regras deste Termo de Referência, e de seus anexos.

7.5 Qualquer não regularidade encontrada pela CBTU reinicia o prazo de pagamento, quando da regularização da(s) pendência(s) pela CONTRATADA.

## **8. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA**

Para avaliação das propostas recomenda-se o julgamento pela análise do menor preço total por grupo.

A proposta deverá ser apresentada em planilha discriminativa, que deverá conter, no mínimo:

- a) Detalhamento do objeto;
- b) As quantidades;
- c) Valores unitários e totais por unidade, em moeda nacional, em algarismo e por extenso;
- d) O prazo de validade da proposta deverá ser igual ao prazo de validade da ata de registro de preços;
- e) Dados bancários da contratada, número da conta corrente, agência e nome do Banco da mesma;
- f) Os preços já deverão estar considerados todas as despesas com tributos, fretes, transportes, seguros e demais despesas que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto deste instrumento;
- g) A presente licitação será de ampla participação, porém, serão garantidas as prerrogativas de preferências das Microempresas (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e/ou ainda Microempreendedor Individual (MEI), conforme disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas redações posteriores.
- h) O VALOR ESTIMADO é SIGILOSO, de acordo com o disposto no artigo 15 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, observadas as diretrizes previstas no parágrafo terceiro do artigo 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no artigo 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.
- i) Ressalte-se que o valor estimado para o total dos itens não poderá ultrapassar o valor estimado para esta contratação.
- j) Os valores individuais estimados para cada item não poderá ultrapassar os valores estimados para cada item desta contratação.

## **9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.1 O licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica em papel timbrado, devidamente averbado(s) no CREA, assinado por responsável em nível equivalente a Superintendente ou Diretor ou ocupante de cargo com poderes de administração (gerente, chefe de departamento, divisão), emitido em nome da empresa



proponente, por empresa pública ou privada ou sociedade de economia mista, que comprovem aptidão para desempenho das atividades previstas nesta contratação, pertinentes e compatíveis em características e prazos com o objeto desta contratação, com mínimo de 20% das quantidades definidas por este Termo de Referência.

9.1.1 Caso seja fabricante do objeto, a licitante deverá também comprovar seu registro/visto ativo no CREA, e também deverá possuir em seu Quadro Técnico profissional Responsável Técnico, devidamente habilitado para a fabricação dos itens relativos a esta contratação, com registro/visto ativo no CREA, possuindo vínculo empregatício com a empresa licitante, através de Contrato de Prestação de Serviços, de acordo com a Legislação Civil ou Trabalhista e possuir vinculação técnica com a empresa licitante, apresentando ART de Cargo e Função;

9.1.2 Caso seja apenas fornecedora do objeto, a licitante deverá também solicitar à sua fornecedora o comprovante de registro/visto da mesma, ativo, no CREA de sua jurisdição, apresentando comprovação de que a mesma possui em seu Quadro Técnico profissional Responsável Técnico, devidamente habilitado para a fabricação dos itens relativos a esta contratação, com registro/visto ativo no CREA, possuindo vínculo empregatício com a empresa licitante, através de Contrato de Prestação de Serviços, de acordo com a Legislação Civil ou Trabalhista e vinculação técnica com a fabricante, apresentando ART de Cargo e Função;

9.2 Necessidade de Certificado de Registro válido e emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, dando conta da inscrição da empresa no Cadastro Técnico Federal.

## 10. CRITÉRIOS E PRÁTICA DE SUSTENTABILIDADE

Atendendo ao disposto no Inciso V do Art. 54A do RILC que refere a critérios e práticas de sustentabilidade e ao Decreto 7.746/2012, que trouxe dispositivos para estabelecer critérios e práticas para promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública direta, autarquias e empresas estatais, consideramos que a aquisição dos Dormentes de Polímeros Recicláveis atende aos seguintes critérios:

- a) Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água, visto que será utilizado material reciclado como matéria prima;
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matéria prima de origem local;
- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
- e) Uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais, uma vez que evita o desmatamento de florestas para aquisição de madeira nativa de boa qualidade;
- f) Origem sustentável dos recursos naturais utilizado no bem adquirido, visto ser empregado material oriundo da reciclagem de plásticos;

A aquisição dos Dormentes de Polímeros Reciclados atende também o Art 5º do Decreto 7.746/2012 que possibilita a exigência, no instrumento convocatório para a aquisição de bens, que estes sejam constituídos por material renovável, **reciclado**, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

A **logística reversa** para o desfazimento e reciclagem de bens e refugos, contida no Art18º, inciso XII da nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14,133/2021), é facilmente atendida, pois, o desfazimento dos Dormentes de Polímeros Reciclado consiste em destinar os dormentes para serem novamente reciclados.

## **11. REGIME DE EXECUÇÃO**

O fornecimento do Objeto será sob regime de execução indireta por preço unitário.

## **12. POSSIBILIDADE DE CONSÓRCIOS / SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório por se tratar de um fornecimento de bens. Não será admitida a formação de consórcio entre duas ou mais empresas.

Não será admitida a participação de Sociedade Cooperativa.

A justificativa para a não aceitação de consórcios, subcontratações e sociedades cooperativas é que o objeto deste Termo de Referência pode ser fornecido por apenas uma empresa sem prejudicar a aquisição e entrega do material.

## **13. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

13.1. A CONTRATADA prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

13.1.1 - Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da CBTU, conforme orientação da gestão do contrato;

13.1.2 - Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

13.1.3 - Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil;

13.2 - A CONTRATADA deverá apresentar à CBTU o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

13.2.1 - A CONTRATADA poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da CBTU, mediante anuência da gestão do contrato.

13.3 - A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.3.1 - Prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

13.3.2 - Prejuízos causados a administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

13.3.3 – As Multas sancionatórias aplicadas pela CBTU à CONTRATADA.

13.3.4 - Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela CONTRATADA.

13.4 - Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à

CONTRATADA após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato;

13.5 - Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a CONTRATADA deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.

13.5.1 - A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à **CONTRATADA**.

13.6 - A **CBTU** oferecerá modelo de Carta de Fiança, onde constará a renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827, nos termos do inciso I, do art. 828, ambos do Código Civil Brasileiro.

13.6.1 - À garantia prestada mediante fiança bancária aplica-se, ainda, as regras previstas nos artigos 835 a 839, do Código Civil Brasileiro.

13.7 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

13.8 - O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a **CBTU** a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016 e dos artigos 239 e 240, I, do ILC/CBTU.

13.9 - Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela **CBTU** ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a **CONTRATADA** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela **CBTU**, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

13.10 - O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

13.11 - Será considerada extinta a garantia:

13.11.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da CBTU;

13.11.2 - No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CBTU não comunique a ocorrência de sinistros;

13.11.3 - Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela CBTU o Termo de Encerramento, cientificando que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

13.12 - A CBTU não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

13.12.1 - Caso fortuito ou força maior;

13.12.2 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

13.12.3 - Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CBTU;

13.12.4 - Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da CBTU.

13.13 - Caberá a própria **CBTU** apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 13.12.3 e 13.12.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela **CBTU**.

13.14 - Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 13.12 desta Cláusula.

13.15 – A CONTRATADA deverá fornecer o prazo mínimo de garantia de 05 (cinco) anos para os materiais fornecidos, a partir da entrega dos itens nos Almoxarifados das Superintendências.

## **14. CRITÉRIO PARA REAJUSTAMENTO**

Apesar de se tratar de uma aquisição utilizando o Sistema de Registro de Preços, que terá validade máxima de 12 meses, os preços contratados poderão ser reajustados em caso do Contrato superar a periodicidade de 12 meses, conforme a equação e índices respectivos abaixo:

$$R = Po [ ( I - Io ) ] / Io$$

R= valor do reajustamento procurado;

Po = valor da medição a ser reajustada;

I = Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) correspondente ao mês de reajuste anual do contrato;

Io = mesmo Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), correspondente ao mês da data-base;

Data-base: data limite para apresentação das propostas.

Data base: data limite para apresentação da proposta.

## **15. PRAZO DE EXECUÇÃO**

O prazo de execução será de 180 dias contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual.

## **16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

As sanções Administrativas a serem impostas, em caso de descumprimentos de obrigações da CONTRATADA, estão estabelecidas no Instrumento Contratual, na Lei 13.303/16 e no RILC/CBTU.

## **17. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

### **17.1. DOS GESTORES**

a) Responder pelo controle e acompanhamento, observando os aspectos físicos e financeiros, do fornecimento para o qual foi designado, reportando-se ao chefe do órgão estrutural no qual está lotado com vistas a receber a orientação técnica para seu adequado desempenho;



- b) Zelar pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas do instrumento contratual;
- c) Verificar previamente e comunicar ao contratado o prazo de validade das garantias contratuais, objetivando a renovação e/ou substituição do item;
- d) Coordenar e orientar a atuação do Fiscal do Instrumento Contratual;
- e) Coordenar a execução do fornecimento, de acordo com as especificações técnicas expressas no instrumento Contratual;
- f) Aprovar e encaminhar ao Centro de Gestão, os documentos de cobrança apresentados à CBTU, adotando, previamente, as seguintes providências;
- g) Verificar se os documentos de cobrança (nota fiscal, fatura, recibo, etc.) estão acompanhados dos comprovantes de recebimentos, atestados pelo Fiscal;
- h) Justificar, no caso de glosas e multas, a razão de sua aplicação;
- i) Exigir da contratada os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações tributárias, previdenciárias e cíveis, de âmbito municipal, estadual e federal, em conformidade com a legislação pertinente;
- j) Apresentar as justificativas, ao órgão estrutural pertinente, para as alterações de cláusulas contratuais que se façam indispensáveis ao sucesso do Instrumento Contratual;
- l) Formalizar à contratada a equipe técnica, própria ou de terceiros, que apoiará o Fiscal do Instrumento Contratual no exercício de suas atribuições;
- m) Prover o Sistema de Informações Gerenciais de acordo com as instruções instituídas pela Diretoria pertinente;
- n) Formalizar ao chefe do órgão estrutural ao qual está subordinado, ou ao qual o contratado está vinculado, no prazo de 120 (cento e vinte) dias antes do prazo de vencimento do Instrumento contratual, evidenciando a necessidade de aditamento do mesmo ou de deflagração de novo processo licitatório.


## **17.2. DOS FISCAIS**

- a) Responder pela fiel execução do Instrumento Contratual, inclusive quanto a sua qualidade e exatidão, em conformidade com as especificações técnicas, conferindo e atestando-a medição dos fornecimentos;
- b) Justificar, nos aspectos técnicos, ao órgão estrutural de sua lotação, a necessidade de alteração contratual, encaminhando-a posteriormente ao Gestor;
- c) Prover o Sistema de Informações Gerenciais dos dados de realização física e demais informações de aspecto técnico, relativos ao andamento do instrumento do Instrumento Contratual;
- d) Analisar e submeter ao Gestor as despesas reembolsáveis necessárias ao desenvolvimento do escopo contratual;
- e) Manter atualizado o acervo técnico da CBTU com os trabalhos produzidos pela contratada.

## 18. ANEXOS


Anexo I: Modelo de Proposta de Preços

Anexo II: Cronograma Físico-Financeiro

 Documento assinado digitalmente  
RODOLPHO BEZERRA BARBOSA  
Data: 10/05/2023 15:22:11-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Rodolpho Bezerra Barbosa  
Gerente Técnico – Operação e  
Manutenção  
CBTU/AC

 Documento assinado digitalmente  
AMARILDO WAGNER DE CARVALHO FONSEC  
Data: 10/05/2023 15:54:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Amarildo W. De Carvalho Fonseca Doria  
Gerente Técnico – Engenharia Civil  
CBTU/AC

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**Identificação da Empresa Licitante:**

Nome:	
CNPJ:	
Inscrição Estadual:	
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
Estado:	CEP:
Telefone:	Fax:
E-mail:	

**Proposta Comercial:**

CBTU - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA/PB							
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	COMPRIMENTO (mm)	LARGURA (mm)	ALTURA (mm)	QUANT. POR UNIDADE DE DORMENTE		
						PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Dormentes de polímero	2000	240	170	1000		
2	Dormentes de polímero	2200	240	170	72		
3	Dormentes de polímero	2300	240	170	90		
4	Dormentes de polímero	2400	240	170	32		
5	Dormentes de polímero	2600	240	170	30		
6	Dormentes de polímero	2800	240	170	27		
7	Dormentes de polímero	3000	240	170	54		
8	Dormentes de polímero	3300	240	170	27		
9	Dormentes de polímero	3400	240	170	12		
10	Dormentes de polímero	3800	240	170	12		
11	Dormentes de polímero	4000	240	170	18		
VALOR TOTAL							
Local de Entrega: Almoxarifado Cabedelo/PB, endereço: Rua Cleto Campelo, s/nº, Centro, Cabedelo-PB. CEP: 58100-130							



**CBTU - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ/AL**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	COMPRIMENTO (mm)	LARGURA (mm)	ALTURA (mm)	QUANT. POR UNIDADE DE DORMENTE		
						PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Dormentes de polímero	2000	240	170	78		
2	Dormentes de polímero	2200	240	170	304		
3	Dormentes de polímero	2300	240	170	120		
4	Dormentes de polímero	2400	240	170	224		
5	Dormentes de polímero	2600	240	170	178		
6	Dormentes de polímero	2800	240	170	114		
7	Dormentes de polímero	3000	240	170	134		
8	Dormentes de polímero	3200	240	170	140		
9	Dormentes de polímero	3400	240	170	134		
10	Dormentes de polímero	3600	240	170	192		
11	Dormentes de polímero	3800	240	170	84		
12	Dormentes de polímero	4000	240	170	116		
<b>VALOR TOTAL</b>							
Local de Entrega: Rua Zacarias Azevedo, Centro – Maceió, AL. CEP: 57020-470							

**CBTU - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL/RN**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	COMPRIMENTO (mm)	LARGURA (mm)	ALTURA (mm)	QUANT. POR UNIDADE DE DORMENTE		
						PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Dormentes de polímero	2000	240	170	1250		
2	Dormentes de polímero	2200	240	170	40		
3	Dormentes de polímero	2400	240	170	60		
4	Dormentes de polímero	2600	240	170	40		
5	Dormentes de polímero	2800	240	170	50		
6	Dormentes de polímero	3000	240	170	30		
7	Dormentes de polímero	3200	240	170	40		
8	Dormentes de polímero	3400	240	170	30		
9	Dormentes de polímero	3600	240	170	40		
10	Dormentes de polímero	3800	240	170	30		
11	Dormentes de polímero	4000	240	170	30		
12	Dormentes de polímero	4200	240	170	40		
13	Dormentes de polímero	4400	240	170	40		
<b>VALOR TOTAL</b>							
Local de Entrega: Praça Augusto Severo, 302 - Ribeira, Natal - RN, CEP:59012-380 (Acesso pela Rua Chile)							

**CBTU - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE/ PE**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	COMPRIMENTO (mm)	LARGURA (mm)	ALTURA (mm)	QUANT. POR UNIDADE DE DORMENTE		
						PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Dormentes de polímero	4600	240	170	50		
2	Dormentes de polímero	4800	240	170	100		
3	Dormentes de polímero	5000	240	170	30		
4	Dormentes de polímero	5200	240	170	30		
5	Dormentes de polímero	2800	240	170	50		
6	Dormentes de polímero	3000	240	170	300		
7	Dormentes de polímero	3200	240	170	200		
8	Dormentes de polímero	3400	240	170	200		
9	Dormentes de polímero	3600	240	170	200		
10	Dormentes de polímero	3800	240	170	150		
11	Dormentes de polímero	4000	240	170	100		
12	Dormentes de polímero	4200	240	170	150		
13	Dormentes de polímero	4400	240	170	440		
VALOR TOTAL							
Local de entrega: Setor de Almoxarifado da CBTU-STU/RECIFE, situado na Rua São José, Nº 860, Bairro de Cavaleiro, Cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco (CEP 54.210-570)							

- 1) Esta proposta é válida por \_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias, a contar da data de sua apresentação.  
OBS: as propostas com prazo inferior a 60 (sessenta) dias serão desclassificadas.
- 2) Nos preços unitários apresentados acima já estão inclusos todos os custos necessários decorrentes do fornecimento dos produtos, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre objeto dessa licitação.
- 3) Declaramos estar em pleno acordo com todas as condições, obrigações e prazos constantes no Edital e seus Anexos.

Cidade - Estado, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---



**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

Cronograma Físico-Financeiro							
Item	Serviços	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
1	Entrega dos itens Do Grupo de STU/JOP	10,0%	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	10,0%
2	Entrega dos itens do Grupo de STU/MAC	10,0%	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	10,0%
3	Entrega dos itens do Grupo de STU/NAT	10,0%	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	10,0%
4	Entrega dos itens do Grupo de STU/REC	10,0%	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	10,0%

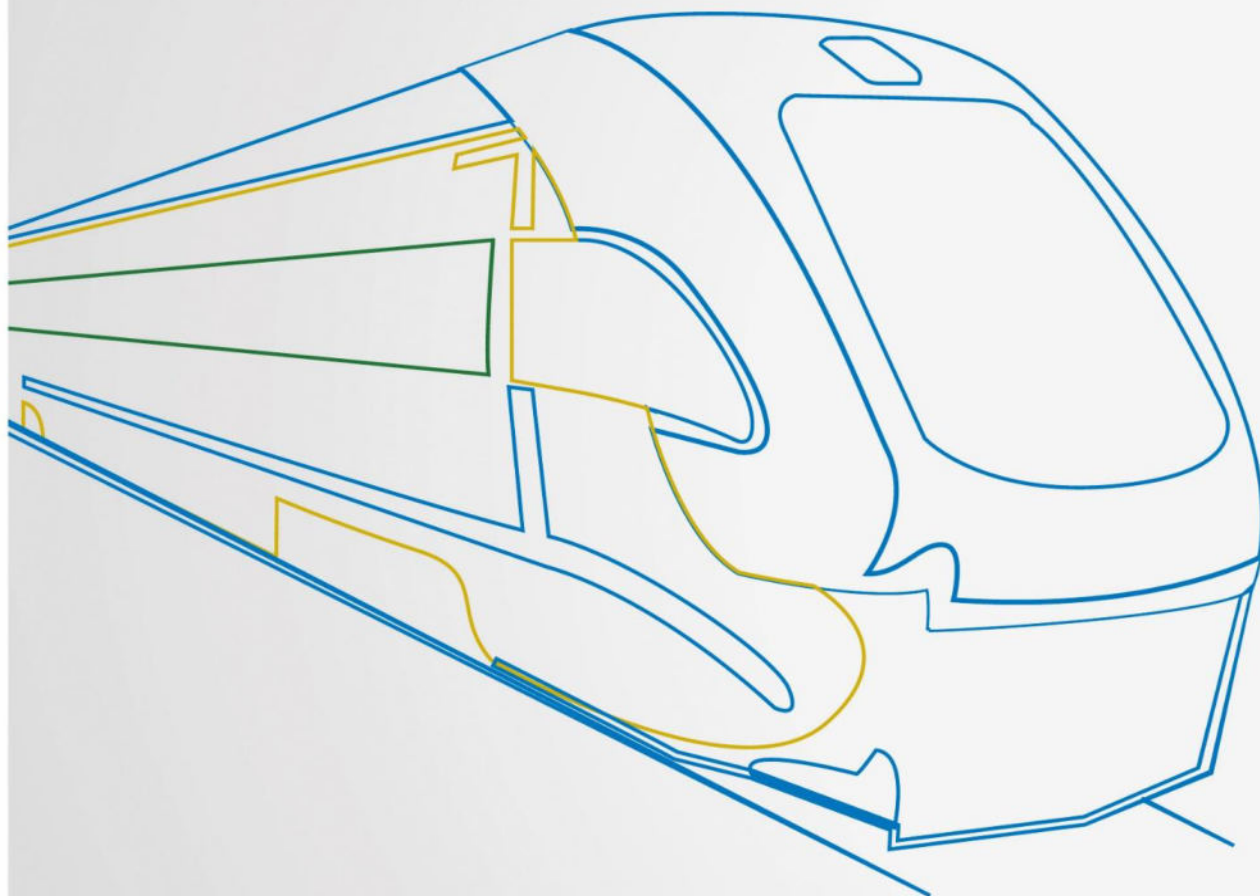
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Nº 001-2023/GALIC/P**

**PE SRP Nº 002-2023/GALIC/AC/CBTU**

**CBTU  
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS  
URBANOS**

**&**

**WISE PLÁSTICOS S.A.**



---

CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS





## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001-2023/GALIC/P/CBTU

**SRP-PREGÃO ELETRÔNICO nº 02/2023-GALIC-AC/CBTU**

Processo / Prot. n° 5452/2022

Validade da Ata: 1 ANO

Aos 7 (sete) dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, a **Companhia Brasileira de Treos Urbanos - CBTU**, Empresa Pública Federal vinculada ao Ministério das Cidades, por seus representantes, **Diretor-Presidente, Sr. José Marques de Lima** e pela **Diretora Técnica, Sra. Adriana Fonseca Lins**, em face da adjudicação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços SRP - PE nº 02/2023 - GALIC/CBTU-AC, homologado pela autoridade competente em 4 de julho p.p. e publicado no Diário Oficial da União em 5 de julho p.p., resolve **REGISTRAR** preços para aquisição de dormentes de polímero reciclado, conforme consta na Ata de Julgamento do Sistema **COMPRASNET** e na proposta de preços da empresa vencedora, tendo sido classificada para atender ao objeto definido no EDITAL de SRP- Pregão Eletrônico, a empresa **Wise Plásticos S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.053.268/0001-72, com sede na Avenida Osvaldo Berto nº 405, Distrito Industrial Alfredo Rela, na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo, representada, neste ato pelo seu **Diretor-Presidente, Sr. Bruno Igel** e por seu **Diretor Financeiro, Sr. Daniel de Souza Junqueira**, tendo ofertado os seguintes preços e quantidades, adiante registrados:

CBTU - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL/RN							
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	COMPRIMENTO (mm)	LARGURA (mm)	ALTURA (mm)	QUANT. UNIDADE DE DORMENTE (TOTAL DE 1720 un)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Dormentes de polímero	2000	240	170	1250	R\$ 1.359,00	R\$ 1.698.750,00
2	Dormentes de polímero	2200	240	170	40	R\$ 1.495,00	R\$ 59.800,00
4	Dormentes de polímero	2400	240	170	60	R\$ 1.631,00	R\$ 97.860,00
5	Dormentes de polímero	2600	240	170	40	R\$ 1.767,00	R\$ 70.680,00
6	Dormentes de polímero	2800	240	170	50	R\$ 1.899,00	R\$ 94.950,00
7	Dormentes de polímero	3000	240	170	30	R\$ 2.030,00	R\$ 60.900,00
8	Dormentes de polímero	3200	240	170	40	R\$ 2.162,00	R\$ 86.480,00
9	Dormentes de polímero	3400	240	170	30	R\$ 2.293,00	R\$ 68.790,00
10	Dormentes de polímero	3600	240	170	40	R\$ 2.424,00	R\$ 96.960,00
11	Dormentes de polímero	3800	240	170	30	R\$ 2.555,00	R\$ 76.650,00
12	Dormentes de polímero	4000	240	170	30	R\$ 2.686,00	R\$ 80.580,00
13	Dormentes de polímero	4200	240	170	40	R\$ 2.818,00	R\$ 112.720,00
14	Dormentes de polímero	4400	240	170	40	R\$ 2.949,00	R\$ 117.960,00
VALOR TOTAL							R\$ 2.723.080,00
Local de Entrega: Praça Augusto Severo, 302 - Ribeira, Natal - RN,CEP:59012-380 (Acesso pela Rua Chile)							



CBTU - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA/PB							
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	COMPRIMENTO (mm)	LARGURA (mm)	ALTURA (mm)	QUANT. POR UNIDADE DE DORMENTE (TOTAL DE 1374 un)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Dormentes de polímero	2000	240	170	1000	R\$ 1.350,00	R\$ 1.350.000,0000
2	Dormentes de polímero	2200	240	170	72	R\$ 1.485,00	R\$ 106.920,0000
3	Dormentes de polímero	2300	240	170	90	R\$ 1.553,00	R\$ 139.770,0000
4	Dormentes de polímero	2400	240	170	32	R\$ 1.620,00	R\$ 51.840,0000
5	Dormentes de polímero	2600	240	170	30	R\$ 1.756,00	R\$ 52.680,0000
6	Dormentes de polímero	2800	240	170	27	R\$ 1.891,00	R\$ 51.057,0000
7	Dormente de polímero	3000	240	170	54	R\$ 2.024,00	R\$ 109.296,0000
8	Dormentes de polímero	3300	240	170	27	R\$ 2.221,00	R\$ 59.967,0000
9	Dormentes de polímero	3400	240	170	12	R\$ 2.286,00	R\$ 27.432,0000
10	Dormentes de polímero	3800	240	170	12	R\$ 2.549,00	R\$ 30.588,0000
11	Dormentes de polímero	4000	240	170	18	R\$ 2.680,00	R\$ 48.240,0000
VALOR TOTAL							R\$ 2.027.790,00
Local de Entrega:Almoxarifado Cabedelo/PB, endereço: Rua CletoCampelo, s/nº, Centro, Cabedelo-PB. CEP: 58100-130							



CBTU - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE/ PE							
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	COMPRIMENTO (mm)	LARGURA (mm)	ALTURA (mm)	QUANT. POR UNIDADE DE DORMENTE (TOTAL DE 2000 un)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Dormentes de polímero	4600	240	170	50	R\$ 3.035,00	R\$ 151.750,00
2	Dormentes de polímero	4800	240	170	100	R\$ 3.164,00	R\$ 316.400,00
3	Dormentes de polímero	5000	240	170	30	R\$ 3.293,00	R\$ 98.790,00
4	Dormentes de polímero	5200	240	170	30	R\$ 3.422,00	R\$ 102.660,00
5	Dormentes de polímero	2800	240	170	50	R\$ 1.860,00	R\$ 93.000,00
6	Dormentes de polímero	3000	240	170	300	R\$ 2.003,00	R\$ 600.900,00
7	Dormentes de polímero	3200	240	170	200	R\$ 2.132,00	R\$ 426.400,00
8	Dormentes de polímero	3400	240	170	200	R\$ 2.260,00	R\$ 452.000,00
9	Dormentes de polímero	3600	240	170	200	R\$ 2.390,00	R\$ 478.000,00
10	Dormentes de polímero	3800	240	170	150	R\$ 2.519,00	R\$ 377.850,00
11	Dormentes de polímero	4000	240	170	100	R\$ 2.648,00	R\$ 264.800,00
12	Dormentes de polímero	4200	240	170	150	R\$ 2.777,00	R\$ 416.550,00
13	Dormentes de polímero	4400	240	170	440	R\$ 2.905,00	R\$ 1.278.200,00
VALOR TOTAL							R\$ 5.057.300,00
Local de entrega: Setor de Almoxarifado da CBTU-STU/RECIFE, situado naRua São José, N° 860, Bairro de Cavaleiro, Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco (CEP 54.210-570)							



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

**CBTU - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ/AL**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	COMPRIMENTO (mm)	LARGURA (mm)	ALTURA (mm)	QUANT. POR UNIDADE DE DORMENTE (TOTAL DE 1818 un)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Dormentes de polímero	2000	240	170	78	R\$ 1.351,00	R\$ 105.378,00
2	Dormentes de polímero	2200	240	170	304	R\$ 1.486,00	R\$ 451.744,00
3	Dormentes de polímero	2300	240	170	120	R\$ 1.554,00	R\$ 186.480,00
4	Dormentes de polímero	2400	240	170	224	R\$ 1.621,00	R\$ 363.104,00
5	Dormentes de polímero	2600	240	170	178	R\$ 1.757,00	R\$ 312.746,00
6	Dormentes de polímero	2800	240	170	114	R\$ 1.892,00	R\$ 215.688,00
7	Dormentes de polímero	3000	240	170	134	R\$ 2.027,00	R\$ 271.618,00
8	Dormentes de polímero	3200	240	170	140	R\$ 2.162,00	R\$ 302.680,00
9	Dormentes de polímero	3400	240	170	134	R\$ 2.293,00	R\$ 307.262,00
10	Dormentes de polímero	3600	240	170	192	R\$ 2.424,00	R\$ 465.408,00
11	Dormentes de polímero	3800	240	170	84	R\$ 2.555,00	R\$ 214.620,00
12	Dormentes de polímero	4000	240	170	116	R\$ 2.686,00	R\$ 311.576,00
<b>VALOR TOTAL</b>							<b>R\$ 3.508.304,00</b>

**Local de Entrega: Rua Zacarias Azevedo, Centro – Maceió, AL. CEP: 57020-47**

**CBTU****Companhia Brasileira de Trens Urbanos**



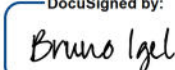
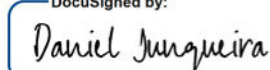
Administração Central

**OBSERVAÇÕES**

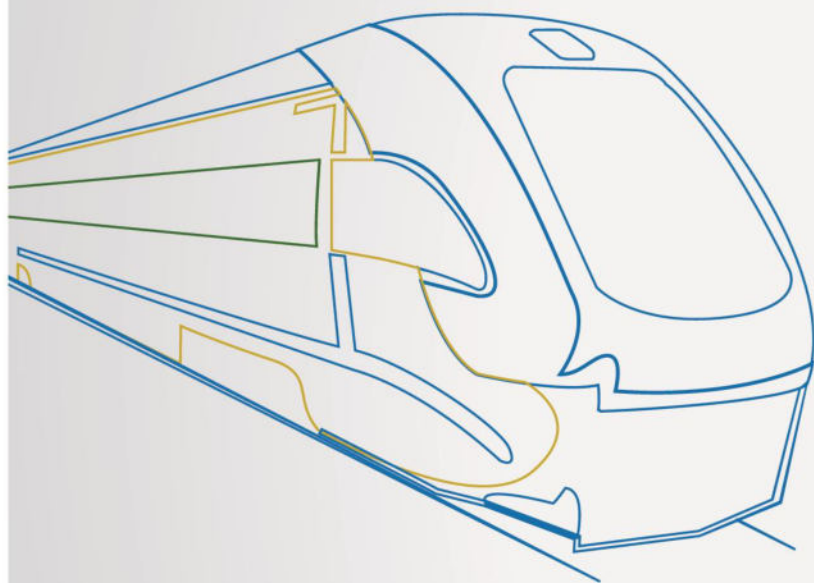
- Valor total da Ata de Registro de Preços: R\$ 13.316.474,00 (treze milhões, trezentos e dezesseis mil e quatrocentos e setenta e quatro reais);
- Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que compõem o objeto, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, garantia estendida e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços;
- Prazo de entrega dos serviços: de acordo com o cronograma de execução do TR - Prazo de validade da proposta: (deverá ser no mínimo de 60 dias);
- Dados bancários: informar no momento da celebração do contrato (banco, agência e conta-corrente);
- Integram esta Ata, independentemente de transcrição: (i) o Edital do PE SRP nº 002-2023/GALIC/AC/CBTU e seus anexos; e (ii) a proposta da empresa Registrada;
- Declaramos que os fornecimentos ocorrerão em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência;
- Também declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus ANEXOS;
- **Conforme item 20.11 do Edital, não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços;**
- Esta Ata será assinada de forma eletrônica, sendo certo que a via assinada eletronicamente constitui documento original e comprova que as partes manifestam, nesta data, inequívoca intenção de firmar o conteúdo deste instrumento.

E, por estarem justos e acordados, firma-se a presente, exclusivamente, em meio eletrônico.

Brasília, [na data da última assinatura eletrônica dos representantes legais].

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU	
 <b>José Marques de Lima</b> Diretor-Presidente	 <b>Adriana Fonseca Lins</b> Diretora Técnica
WISE PLÁSTICOS S.A	
DocuSigned by:  4C122FF7350847A... <b>Bruno Igel</b> Diretor-Presidente	DocuSigned by:  BC9F6367D57F4C2... <b>Daniel de Souza Junqueira</b> Diretor Financeiro

# PLANILHA DE QUANTITATIVO DE DORMENTES



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

## ANEXO III

Superintendência de Maceió							
Item	DESCRIÇÃO DO OBJETO	COMPRIMENTO (mm)	LARGURA (mm)	ALTURA (mm)	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
3	Dormentes de Polímero	2300	240	170	120	R\$ 1.554,00	R\$ 186.480,0000
4	Dormentes de Polímero	2400	240	170	224	R\$ 1.621,00	R\$ 363.104,0000
5	Dormentes de Polímero	2600	240	170	178	R\$ 1.757,00	R\$ 312.746,0000
6	Dormentes de Polímero	2800	240	170	114	R\$ 1.892,00	R\$ 215.688,0000
7	Dormentes de Polímero	3000	240	170	6	R\$ 2.027,00	R\$ 12.162,0000
8	Dormentes de Polímero	3200	240	170	140	R\$ 2.162,00	R\$ 302.680,0000
9	Dormentes de Polímero	3400	240	170	134	R\$ 2.293,00	R\$ 307.262,0000
10	Dormentes de Polímero	3600	240	170	64	R\$ 2.424,00	R\$ 155.136,0000
						<b>SubTotal STU/MAC</b>	<b>R\$ 1.855.258,0000</b>

Superintendência de Natal							
Item	DESCRIÇÃO DO OBJETO	COMPRIMENTO (mm)	LARGURA (mm)	ALTURA (mm)	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Dormentes de Polímero	2000	240	170	800	R\$ 1.359,00	R\$ 1.087.200,0000
						<b>SubTotal STU/NAT</b>	<b>R\$ 1.087.200,0000</b>

<b>Total Geral</b>	<b>R\$ 2.942.458,00</b>
--------------------	-------------------------

<b>Primeiro Contrato (Contrato 011-23/DT)</b>	<b>R\$ 10.374.016,00</b>
<b>Valor da Ata</b>	<b>R\$ 13.316.474,00</b>
<b>Saldo</b>	<b>R\$ 2.942.458,00</b>